

ALIANÇA

ANO VII - N.º 1 - MARÇO 1982 - PREÇO 25\$00

CGTP-IN

GREVE GERAL

UMA DERROTA DO GOVERNO 'AD'
UM EXITO DOS TRABALHADORES

uma só solução
'ad' fora do Governo!

ALIANÇA

N.º 1 - Março de 1982

Órgão Central da Confederação
Geral dos Trabalhadores
Portugueses - Intersindical
Nacional

DIRECTOR

Jose Luis Judas

COLABORARAM NESTE NUMERO:

Jose Luis Judas
João A. Gonçalves
Depart. Organização da C.G.T.P./IN
Depart. Contratação Colectiva da C.G.T.P./IN
Depart. Informação da C.G.T.P./IN

SEDE DA REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
R. Victor Gordon 1 - 2.º
1294 LISBOA Codex

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Renascença Gráfica, S.A.R.L.

Tiragem
5000 exemplares

SUMÁRIO

● Editorial	1
● Plenário de Sindicatos de 15 de Janeiro	
Uma decisão histórica	2
● Os objectivos da Greve Geral	4
● Uma grande campanha de mobilização	5
● Greve Geral	
Quem é contra, quem é a favor?	5
● Comunicação Social	
A mentira e o silêncio	7
● Agitar a «insurreição» para justificar a repressão	8
● A traição dos divisionistas	
A «UGT» perante a Greve Geral	10
● Jornada de luta sem paralelo	
A eloquência dos números	11
● Saudação aos trabalhadores portugueses 13	
● A Greve Geral e os seus reflexos na contratação colectiva	14
● Um êxito dos trabalhadores, uma derrota do Governo «AD»	17
● A luta continua	
Da Greve Geral às manifestações de 6 de Março	19
● Intervenção de Armando Teixeira, coordenador da CGTP/IN na Manifestação de 6 de Março	20
● O combate ao desemprego	23

EDITORIAL

A explicação que se impõe

O «Alavanca» reaparece... mas noutros moldes e com outros objectivos.

Este é o n.º 1 de um «Alavanca» virado exclusivamente para a organização sindical, divulgando entre os activistas sindicais (dirigentes e delegados sindicais), as tomadas de posição da CGTP-IN, as experiências colectivas das lutas, os problemas da organização, as questões dos quadros, os problemas de economia e das finanças, as questões jurídicas, enfim, os problemas do País e dos trabalhadores.

Em resumo: a partir de agora o «Alavanca» não será tanto um órgão de Informação, mas antes um instrumento de apoio da organização sindical.

A periodicidade com que anteriormente era publicado (um mês) tornava difícil o objectivo de informar com actualidade.

Fica, no entanto, o espaço aberto (que é ao mesmo tempo um desafio) a todo o Movimento Sindical Unitário, de constituir o seu órgão de Informação de expansão nacional, que seja o porta-voz actualizado e actuante da luta dos trabalhadores.

A Greve Geral do dia 12 de Fevereiro é o motivo fundamental deste «Alavanca».

Aqui fica uma síntese desta grande jornada de luta, a ilustrar essa grande experiência colectiva.

O PLENÁRIO DE SINDICATOS DE 15 DE JANEIRO

Uma decisão histórica

O Secretariado Nacional na sua reunião procedeu à análise da situação económico-social que o país atravessa e constatou o agravamento e a degradação das condições de vida dos trabalhadores e do povo português. Procedeu ao balanço dos conflitos sociais e das acções dos trabalhadores e constatou a sua crescente mobilização, demonstrada através, quer de acções de massas, quer em acções sectoriais (greves no sector dos transportes).

O Secretariado Nacional concluiu que a continuação do Governo AD e o prosseguimento da sua política, terá como consequência a agudização das condições de vida dos trabalhadores e que, cada vez mais, serão postos em causa os seus direitos e liberdades.

Por outro lado o Secretariado Nacional conclui que estão reunidas as condições — expressas no generalizado descontentamento popular — para se passar a formas de acção mais intensivas e generalizadas que criem condições para uma mudança de política favorável aos interesses dos trabalhadores.

Nestas condições, o Secretariado Nacional propôs que o próximo plenário de sindicatos a efectuar em 15 de Janeiro delibere sobre a convocação de uma paralisação geral de trabalho, de meio-dia, a nível nacional, a ter lugar no dia doze de Fevereiro.

Com a presença de 204 associações sindicais, representando cerca de 1.350.000 trabalhadores realizou-se um dos maiores e mais participados plênários de sempre, que aprovou por unanimidade o documento «Resolução sobre a situação político-sindical» do Secretariado Nacional, com a convocação de uma grande jornada de luta sobre a forma de uma paralisação geral a realizar no dia 12 de Fevereiro, com a duração de 24 horas.

Transcrevemos parcialmente esse documento que fica na história do movimento sindical.

1. A política da AD aprofunda a crise e é contra os interesses dos trabalhadores e do país

Nunca Portugal, desde o 25 de Abril, teve uma situação económica, financeira e social tão grave e, por consequência, nunca os portugueses viveram tão mal como agora. Esta triste realidade não é obra do acaso. É o resultado da política de classe, praticada pelos governos da AD, feita com o objectivo de promover o enriquecimento, rápido e escandaloso, de poucos à custa da esmagadora maioria do povo.

Portugal está mais pobre e mais dependente. Nenhum país está bem, quando o seu povo está mal.

A economia está estagnada. Prometendo para 1981 um aumento do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,8% o Governo AD não conseguiu mais do que 1,6%. As exportações baixaram. Portugal nunca dependeu tanto do estrangeiro. Tem uma dívida externa nunca antes atingida: cerca de 590 milhões de contos (já em Julho de 1981). O Estado tem uma dívida pública superior a 750 milhões de contos.

O Governo aumenta os impostos para cobrir as dívidas criadas. Entretanto, o Governo AD em vez de desenvolver uma política de cooperação e

amizade com todos os povos, comporta-se no plano internacional como um apêndice da política aventureira e reaccionária da Administração Reagan.

Redução dos salários reais

Em sucessivos anos os trabalhadores viram reduzido o poder de compra dos seus salários. Os chamados tectos salariais têm sido um dos instrumentos dessa política. Ao fim de seis anos de «apelos» à austeridade dos salários, onde estão os prometidos postos de trabalho para reduzir o desemprego? Onde está a prometida redução da taxa de inflação?

Aumento de preços

O Governo AD tem aumentado escandalosamente os preços dos bens e serviços essenciais. Apesar do protesto do povo, este ano, o Governo AD decidiu manter a mesma orientação e já aumentaram os preços dos combustíveis, dos transportes, do leite, do açúcar, do arroz, etc., etc., etc. A escalada dos aumentos vai continuar para benefício dos grandes intermediários.

Contratação colectiva

O Governo AD, para além dos tectos salariais e dos preços, impõe limitações à liberdade de contratação colectiva, apoiando e até substituindo o patronato, através de portarias de extensão com vista a retirar aos trabalhadores direitos e regalias duramente conquistadas.

Desemprego

«Para combater o desemprego é necessário conter os salários.» Esta era a conversa do Governo. A verdade é que o desemprego continua a aumentar, atingindo já, segundo números oficiais, 400 mil pessoas.

Os jovens e as mulheres são os mais atingidos e o baixo nível de crescimento económico do país não dá qualquer perspectiva de se alterar esta situação.

Proposta de lei dos despedimentos e contratos a prazo

Para combater o desemprego o Governo inventou uma nova política: aumentar os despedimentos e a insegurança no emprego.

De facto, o que o Governo pretende é transformar todos os trabalhadores em contratados a prazo. É esta a conclusão que se pode tirar da proposta de lei do Governo.

Esta proposta é o maior ataque, até hoje feito ao direito ao trabalho e à segurança no emprego. Se fosse aplicada daria aos patrões poderes ilimitados para despedirem os trabalhadores.

Saúde

O Governo AD subverteu completamente a lei do Serviço Nacional de Saúde, gratuito e universal, consagrado na Constituição.

«Quem quer saúde, pague-a». Esta é a orientação do Governo que aumenta escandalosamente as despesas dos doentes, quer nos medicamentos, quer nas consultas, quer nos instrumentos hospitalares.

Habitação

Na sua demagogia, o Governo AD prometeu que a habitação era uma das suas prioridades. Passados alguns meses, corta os créditos bancários para compra de habitação própria, líquida o Fundo de Fomento de Habitação acabando com a construção da habitação social e corta 8 milhões de contos no Orçamento do Estado destinados à construção de casas. Ao mesmo tempo, inicia o processo de revisão da legislação sobre arrendamento que, em última análise, visa, progressivamente, permitir aos senhorios aumentar livremente as rendas das casas.

Ensino

O Governo AD toma medidas que dificultam, ainda mais, o acesso ao ensino dos filhos dos trabalhadores.

Não desenvolveu o programa de alfabetização. Não cria uma rede escolar, dotada de recursos humanos e materiais, adequada às necessidades existentes. Não atende às opiniões dos professores e, pelo contrário, tenta reprimir as suas justas iniciativas.

Violação dos direitos e liberdades

Para tentar esconder e reprimir o descontentamento popular contra a sua política, o Governo AD serve-se abusivamente do aparelho de Estado.

Na Comunicação Social estatizada, em especial na Rádio e na Televisão, não respeita o pluralismo de opinião, esconde a situação real do país, lança as maiores mentiras e calúnias contra as lutas dos trabalhadores.

Aprova um Código de Processo de Trabalho que dificulta o acesso dos trabalhadores à Justiça.

O Governo AD paralisou a Inspeção do Trabalho, degrada ainda mais o funcionamento dos Tribunais de Trabalho, com o intuito de permitir a total impunidade dos patrões na repressão aos trabalhadores e na violação sistemática dos seus direitos.

Desrespeito pela Constituição

O Governo AD não esconde o seu ódio ao regime democrático constitucional. Não cumpre os preceitos da Constituição.

Tenta aprovar leis anticonstitucionais para atacar as nacionalizações e a reforma agrária. Quando o PR e o CR o impedem de alcançar os seus intentos não hesita em lançar contra estes órgãos campanhas de calúnias. É por isso que, na revisão constitucional, a AD toma como objectivo imediato retirar os poderes ao PR e ao CR.

Quanto mais não fosse, a prática inconstitucional do Governo AD retira-lhe legitimidade para governar.

2. O Governo AD deve ser demitido

Não são os trabalhadores os únicos prejudicados pela política do Governo AD. São igualmente prejudica-

dos os camponeses, pequenos comerciantes e industriais, os intelectuais, os reformados, os jovens, as mulheres. É, numa palavra, prejudicado o povo português.

É nesse enorme e generalizado descontentamento, que os trabalhadores e outras camadas da população têm desenvolvido uma luta cada vez mais aguda e profunda.

Aí, a justificação das lutas que se têm realizado no sector têxtil, dos transportes, da química, material eléctrico, e tantos outros.

Dali, que os trabalhadores tenham concluído da necessidade de uma, cada vez maior, coordenação das lutas dos vários sectores e mesmo da necessidade de uma luta mais geral que englobe a defesa, não só dos interesses sectoriais, mas também dos interesses gerais dos trabalhadores, da democracia e do país.

Não é possível alterar a política que está a ser praticada sem a demissão do Governo AD. No regime fascista os portugueses tinham que aguentar os governos gostassem ou não da sua política. Em democracia, o povo, através das suas organizações e das suas lutas, exerce um legítimo direito de protesto, de crítica e de reivindicação sobre a acção concreta dos órgãos de soberania.

Por isso, exigir a demissão do Governo é um facto democrático.

Por isso, lutar contra a política da AD e exigir o seu afastamento do Governo é contribuir para o encontro da solução para a crise que prejudica gravemente os portugueses. É também lutar pelo bem-estar do povo e pelo progresso do país.

3. Pela resolução da crise, com os trabalhadores e no respeito pelo 25 de Abril

Compete aos órgãos de soberania, em especial ao Presidente da República tirar as devidas conclusões da luta dos trabalhadores e desencadear os mecanismos constitucionais para combater a crise económica, financeira e social.

A Constituição não é o factor impeditivo do combate à crise. Pelo contrário, é no seu cumprimento e no respeito da realidade económica e social do país que ela traduz, que se deverão encontrar as soluções para a crise.

Por isso os trabalhadores não poderão entender que se adie a tarefa nacional e patriótica de combater a crise que os prejudica, a pretexto de que ainda não está concluída a revisão constitucional.

Só com a confiança, o apoio e o empenhamento dos trabalhadores, haverá solução para a crise.

Os trabalhadores não hesitarão em apoiar qualquer solução política que, no respeito dos seus direitos, mantenha a esperança no progresso e justiça social do 25 de Abril.

Perante a gravidade da crise, que nenhuma força política democrática contesta, com a finalidade de obter ao seu agravamento e de criar condições para a sua superação que favoreçam a resolução dos problemas dos trabalhadores o Plenário da CGTP-IN, decide:

Convocar UMA GRANDE JORNADA DE LUTA, concretizada numa Paralisação Geral, durante todo o dia 12 de Fevereiro de 1982.

Os objectivos desta Paralisação Geral são os seguintes:

1. Contra a política da AD.
2. A AD fora do Governo.
3. Pela resolução da crise, com os trabalhadores e no respeito pelo 25 de Abril.

O plenário da CGTP-IN exorta todos os trabalhadores, todas as organizações, a iniciarem, desde já, com entusiasmo e determinação todas as tarefas necessárias ao êxito desta histórica jornada de luta.

OS OBJECTIVOS DA GREVE GERAL

Contrariamente ao que foi apregoado pelo Governo, pelo patronato e pelas forças de direita, os objectivos da Greve sempre estiveram claramente definidos e a Greve Geral surge como a resposta necessária e urgente à acção e à política reaccionária daquelas forças.

O Plenário de Sindicatos de 15 de Janeiro definiu claramente os objectivos centrais da greve geral.

Contra a política da AD

- contra o pacote do Governo;
- contra o tecto salarial;
- pelo exercício efectivo do direito de negociação colectiva, pela vigência efectiva de 12 meses de tabelas salariais;
- contra o aumento do custo de vida;
- contra o desemprego e os contratos a prazo;
- contra a ineficácia da Inspeção do Trabalho;
- contra os aumentos das taxas dos serviços médico-sociais e hospitalares;
- contra o «pacote da habitação»;
- contra a degradação da qualidade do ensino;
- pela defesa da reforma agrária e das nacionalizações;
- pela satisfação do «Caderno Reivindicativo» da CGTP-IN.

A AD fora do Governo

- Mantendo-se o actual Governo, não é possível alterar a política que está a ser praticada e que tanto tem lesado os trabalhadores e o povo.

Pela resolução da crise, com os trabalhadores e no respeito pelo 25 de Abril

- Só com o apoio e o empenhamento dos trabalhadores haverá solução para a crise. Os trabalhadores não hesitarão em apoiar uma solução política que, no respeito pelos seus direitos, mantenha a esperança no progresso e na justiça social do 25 de Abril.

A esses objectivos gerais e comuns, podem ser acrescentados objectivos e reivindicações específicas de cada sector, subsector ou empresa.

A greve geral com tais objectivos pode ser definida, a um tempo, como **greve económica** (por reivindicações económicas, profissionais e outras relacionadas com os interesses dos traba-

lhadores), **greve de solidariedade** entre todos os trabalhadores em luta (por reivindicações comuns), e dos trabalhadores em geral com aqueles que defrontam situações particulares mais difíceis, (como os contratados a prazo ou os pertencentes a sectores em que a contratação colectiva esteja bloqueada, etc.) e **greve política** (por visar pressionar o poder político a alterar a política geral do país e as políticas sectoriais em sentido favorável à democracia, ao progresso social, aos interesses dos trabalhadores e das camadas populares).

Todos estes objectivos podem ser licitamente prosseguidos — mediante livre determinação dos trabalhadores — através da greve. Com efeito, e por força do artigo 59.º n.º 2 da Constituição, que não permite à lei fazer quaisquer restrições sobre este aspecto, dispõe o artigo 1.º, n.º 2 da L. 65/77: «Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve».

Mas, independentemente do direito fundamental dos trabalhadores à greve acresce que os objectivos propostos são, em si mesmo, lícitos. Com efeito, os trabalhadores lutam contra a política anticonstitucional em curso, e pretendem que as mudanças de política e de Governo se processem no quadro do mais absoluto respeito pela Constituição e segundo os mecanismos nela previstos, se necessário, com recurso a novas eleições legislativas. O facto de um governo dispor de uma maioria parlamentar não o torna imune à crítica, ao protesto e à luta dos cidadãos e dos trabalhadores exercidas pelos meios legais e legítimos como é o caso da greve, nem lhe confere o direito de se manter no poder praticando uma política contrária à Constituição e aos interesses mais elementares do povo.

A greve é, quanto aos seus objectivos, plenamente constitucional e conforme à lei. Pode ser observada pelos trabalhadores com inteira segurança.

UMA GRANDE CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO

A preparação da Greve Geral foi uma das maiores acções de massas realizadas pelo Movimento Sindical Unitário.

Em todos os distritos do Continente e Ilhas foram realizados cerca de 3500 plenários de empresa, com a participação aproximada de 250 000 trabalhadores dos principais ramos de produção, tendo sido também realizados plenários em sectores de serviços, telecomunicações, comunicação social, etc.

Aderiram à Greve Geral 258 organizações sindicais (representando cerca de 1 500 000 trabalhadores) sendo 73 não filiados na CGTP/Intersindical.

Ainda antes do seu início, a Greve Geral já era um acontecimento importante pela dinamização e acção de esclarecimento dos trabalhadores que proporcionou ao Movimento Sindical Unitário. Um resultado significativo foi o aumento de sindicalização em muitas empresas, e no movimento sem precedentes — especialmente no sector de serviços — de mudança de filiação dos sindicatos divisionistas para os sindicatos filiados na CGTP/Intersindical ou para sindicatos aderentes à Greve.

A preparação da Greve Geral foi também importante por ter permitido aos trabalhadores, independentemente da sua filiação político-partidária, distinguir entre os que defendem os seus interesses e os que, embora reclamando-se dos trabalhadores, alinham nos momentos decisivos com os seus inimigos de classe.

Uma greve geral não se realiza somente porque é anunciada. A concretização de uma greve geral — acontecimento decisivo na história da classe trabalhadora — implica, por um lado que os seus objectivos correspondam às necessidades reais dos trabalhadores e, por outro lado, um grande trabalho de organização desde a central até às empresas e uma estreita ligação às massas trabalhadoras.

A intensidade e extensão do trabalho de preparação da greve são uma prova da implantação da CGTP/Intersindical junto dos trabalhadores e dos métodos democráticos da sua direcção.

GREVE GERAL Quem é contra quem é a favor?

Uma Greve Geral é um factor importante na formação da consciência de classe dos trabalhadores pela clarificação de posições — defensora de interesses económicos, sociais e políticos das classes envolvidas — que origina e um marco na história dos trabalhadores pelo esforço de organização, pela mobilização de energias que exige e pela amplitude das massas que abraça.

Na Greve Geral, cada trabalhador luta pelos seus interesses imediatos e, colectivamente, pelos interesses gerais de todo o povo trabalhador e da sociedade. Nas semanas que antecederam a realização da Greve Geral do dia 12 de Fevereiro, ficou muito claro na sociedade portuguesa quais eram as forças sociais e políticas que estavam contra e a favor da greve e os interesses opostos que essas forças representam e defendem.

Esteve a favor da greve o mundo do trabalho: os operários, assalariados agrícolas e trabalhadores em todos os sectores da produção e dos serviços.

Estiveram a favor da greve trabalhadores da comunicação social, dos espectáculos, da banca e seguros, da função pública, quadros técnicos, intelectuais, médicos, cientistas e muitos outros estratos da população, como reformados, estudantes, pequenos comerciantes, etc.

No plano social e político, a greve geral contou com o apoio ou a simpatia de muitas organizações. Manifestaram o seu apoio as seguintes organizações: PCP, MDP/CDE, UEDS, UDP, Base-FUT, PSR e também muitos democratas individualmente.

Manifestaram-se contra a Greve o patronato, os grandes capitalistas organizados na CIP e os seus aliados, os partidos políticos da «AD», o secretário-geral do PS os divisionistas da UGT e, naturalmente, o Governo «AD».

Debate ao Governo «AD» desempenhar o papel

de força principal no combate à Greve: foi de facto o Governo «AD» que liderou o conjunto das forças de direita que se opuseram à Greve Geral tendo, para o efeito, utilizado parte importante do aparelho de Estado, com destaque para os órgãos de comunicação social, hierarquias superiores da Administração Central, Conselhos de Gerência das empresas nacionalizadas e forças policiais — PS e GNR.

O Governo «AD»/Balsemão - Freitas do Amaral vai passar à história como um Governo de pesadelo que apenas se mostra capaz quando combate os trabalhadores e as suas lutas.

Perante o exercício de um direito constitucional, regulamentado na lei, o Governo «AD» assume como objectivo da sua acção fazer fracassar a Greve Geral, tentar isolar os trabalhadores e as suas organizações de classe, para, uma vez derrotados, intensificar a sua política de exploração.

Para justificar estes objectivos o Governo «AD» utilizou os seguintes argumentos:

- a) a Greve seria ilegal e inconstitucional;
- b) a Greve seria exclusivamente política;
- c) a Greve visaria impedir a revisão constitucional e seria contra o regime democrático;
- d) a Greve seria contrária aos interesses dos próprios trabalhadores e comandada por uma força política;
- e) finalmente a Greve seria um meio de levar à prática uma «insurreição geral» ou «golpe de Estado».

Com base nestes cinco elementos de carácter ideológico que deturpam totalmente os objectivos que o Movimento Sindical Unitário pretendia alcançar (1), foi montada uma enorme campanha de propaganda pelo Governo «AD» (certamente das maiores campanhas realizadas até hoje) no Rádio e na Televisão.

Quanto à actuação dos órgãos de comunicação social estatizada, podemos caracterizá-la do seguinte modo:

Primeiro: transmissão sistemática da campanha de propaganda do Governo «AD» e das forças da direita;

Segundo: silêncio completo sobre as posições e pontos de vista da CGTP/Intersindical e do Movimento Sindical Unitário;

Terceiro: desrespeito completo pelas normas constitucionais sobre o pluralismo e o direito à informação;

Em consequência desta orientação, todas as notícias sobre a Greve Geral eram sistematicamente apresentadas segundo os pontos de vista e os critérios classistas dos seus opositores, ou seja o patronato e o Governo. Resumindo, não foi dada ao Povo português qualquer informação honesta e verdadeira sobre a Greve Geral: as notícias transmitidas não passavam de mentiras ou acontecimentos manipulados que pudessem levar o público às conclusões que interessavam aos adversários da Greve Geral.

Outro aspecto fundamental da acção do Governo «AD» foi o lançamento de uma campanha de intimidação e ameaças, encabeçada pelo ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, que culminou com a tese da «insurreição».

Foi montado através do MAI um sistema de repressão com forças da PSP (policia de choque) e GNR que actuou no dia da Greve Geral nos principais centros urbanos do País. A actuação destas forças policiais foi dupla: intimidar e reprimir os trabalhadores em greve e provocar incidentes para criar a imagem de agitações, desordens, etc. que dessem uma migalha de crédito à tese da «insurreição geral».

Culminando esta campanha, o ministro Ângelo Correia, lança na noite do dia 12, já na fase final da greve, uma operação de patrulhamento (?) policial em Lisboa e diversas zonas do País, e no dia seguinte surge na Televisão a anunciar ao País a descoberta da «insurreição».

Finalmente, na imaginação doentia do Sr. Ministro tinha-se produzido um facto político! A mentira quando levada ao exagero cai no ridículo e até hoje o País continua à espera das provas da «insurreição», como ficou à espera da invasão do Alentejo por 30.000 cubanos.

Coordenados pelo Governo «AD» actuaram os partidos da «AD», com destaque para o PPD (através do sr. Nascimento Rodrigues ex-ministro do Trabalho); o grande patronato através da CIP, e aliado com estas forças o secretário-geral do PS e a UGT através da sua tendência socialista.

Foram inúmeros os casos de ilegalidades e intimidações do patronato sobre os trabalhadores, antes e depois da Greve Geral: ameaças de desconto de três dias de salários; ameaças de despedimentos sobretudo sobre contratos a prazo; impedimento da actividade sindical na empresa, não permitindo a realização de

plenários, contratação de fura-greves; etc., etc., etc. O Governo, não apenas nada fez para combater tais ilegalidades e garantir, como era sua estrita responsabilidade, o direito à greve, como foi ele próprio autor confesso de tais violações:

Uma Greve Geral é sempre um acontecimento de grande importância para o Movimento Operário.

Ai os trabalhadores vêem quem está com eles e contra eles.

A posição do dr. Mário Soares assumida na sua intervenção televisiva do dia 10 de Fevereiro, em tudo igual à da AD, é um triste facto a assinalar nesta Greve Geral.

O dr. Mário Soares actuou contra o Movimento Operário, contra a luta de milhares e milhares de trabalhadores socialistas que aderiram à greve, como facilmente se comprova na análise das adesões por empresas e regiões. A CGTP-IN constata e condena a posição assumida pelo dr. Mário Soares em relação à Greve Geral que constituiu uma greve cedência às forças de direita e o colocou em oposição à luta de milhares de trabalhadores socialistas por aderirem à greve e aos seus objectivos unitários.

Mais uma vez a «UGT», tal como noutras ocasiões politicamente importantes (eleições para a AR e Presidenciais) demonstra ser uma organização controlada pelas forças de direita.

Mais uma vez a «UGT», como em muitas outras lutas dos trabalhadores, aparece ao lado do patronato contra a CGTP-IN.

A presença do sr. Torres Couto na Carris, junto às forças policiais, estimulando e apoiando os fura-greves, é uma vergonha, em qualquer parte do mundo, para um indivíduo que se diz ser sindicalista.

Ao lado do Governo, fez uma clara propaganda contra a Greve Geral e contra a CGTP-IN, denunciou trabalhadores que queriam fazer greve, alinhou com os Conselhos de Gerência e os Conselhos de Administração em acções para furar a greve, colaborou com o Governo em manobras provocatórias contra a CGTP-IN.

A Greve Geral desmascarou, da forma mais evidente, o papel de traição dos divisionistas.

A «UGT» teve um comportamento inqualificável, negando-se como organização sindical.

Apesar da acção concertada deste leque de forças político-sociais de direita, os trabalhadores obtiveram um êxito com a greve geral e os centros de produção do País paralisaram, ao contrário do que o Governo «AD» pretende fazer crer.

A greve geral é uma forma de expressão da vontade popular tão constitucional como as eleições, foi nos seus objectivos legítima e legal e, concretamente, traduziu o profundo descontentamento popular contra a política da «AD» e a necessidade de se mudar de Governo.

(1) Ver artigo «Os objectivos da greve», pág.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A mentira e o silêncio

A campanha de propaganda antigreve montada pelo Governo «AD» veio mostrar claramente que os principais órgãos da comunicação social, com destaque para a Rádio e Televisão, se encontram subordinados à orientação do Governo, deixaram de desempenhar a sua função de meios de informação para se transformarem em meros canais da propaganda do Governo e da «AD»: não são objectivos, verdadeiros e independentes, não existe neles qualquer lugar para o pluralismo e a democracia, estão fiel e servilmente ao serviço das forças de direita e do grande patronato.

Esta situação que em si é um perigo para a democracia e um atentado às liberdades dos trabalhadores (viola a liberdade de ser informado e de informar) é duplamente perigosa porque está também a influenciar sectores democráticos e de esquerda que de uma forma ou de outra acabam por se afastar das suas posições de classe.

No caso concreto da greve geral, certos sectores de esquerda que procuram manter-se neutrais face às posições do Governo «AD» e da CGTP/IN, ao ficarem na dúvida sobre a realidade da greve, acabam por não acreditar nos seus verdadeiros resultados e no êxito que foi a greve.

A campanha antigreve transmitida principalmente através da Rádio e da Televisão teve duas direcções:

- deformar e caluniar a greve geral e os seus objectivos;
- silenciar e ocultar todas as verdadeiras notícias sobre a greve geral;
- apresentar todos os problemas relativos à greve geral sob o ponto de vista dos seus opositores: o patronato e a direita.

A Rádio e a Televisão, bem como a imprensa de direita apresentam as lutas dos trabalhadores e a greve geral como acções violentas e anárquicas, contra a economia, contra o regime democrático, como acções subversivas: uma linguagem e ideologia a lembrar os tempos de Salazar e Caetano.

Durante todo o dia da Greve Geral a Rádio e a Televisão não realizaram qualquer trabalho exterior para recolha directa de informações sobre a evolução da greve nas fábricas e locais de trabalho e «fabricaram» as notícias sobre a greve a partir de informações do Governo, dos partidos da AD e da UGT.

Por outro lado, ignoraram e proibiram todas as notícias e informações emitidas pela CGTP/IN e pelas organizações sindicais que aderiram à greve geral. A Rádio e a Televisão teceram uma cortina de silêncio sobre a voz dos trabalhadores e das suas organizações; e censuraram e proibiram programas com a presença de dirigentes da CGTP/IN (Kadidas Barreto e José Luis Judas).

1. O Governo AD violou as mais elementares liberdades democráticas e sindicais durante a Greve Geral, sem contudo conseguir impedir o grande êxito que essa grande jornada de luta constituiu.

2. Presidido por um ex-jornalista que se dizia defensor da Imprensa livre, o Governo AD deu a mais degradante imagem da prática de métodos discriminatórios na comunicação social que controla, com evidente prejuízo para a luta dos trabalhadores. Métodos

de censura — como os que levaram a não divulgar durante o dia nem uma informação da CGTP/IN.

Métodos abjectos de manipulação — como os que traduziram em só divulgar informações e posições do Governo ou dos porta-vozes da UGT.

A deliberada omissão de qualquer relato objectivo sobre os factos relativos à greve: a prática imoral do mais descarado unilateralismo na pseudo-informação fornecida aos portugueses.

A tudo se assistiu, especialmente na Radiodifusão Portuguesa.

Sintomática é ainda a circunstância de, face à quebra de compromissos do Governo para o debate no «1.ª Página», a RTP ter tentado compensar tal lacuna através de um debate, transmitido em suplemento ao «Tejornal» do dia 12, no qual participaram, seguramente que não por acaso, três lura-greves, a saber, Adriano Cerqueira, chefe de redacção do «Tejornal», João Gomes, director de «Portugal Hoje» e Francisco Sousa Tavares, director de «A Capital»!

Tal comportamento conduziu a uma total deformação da imagem real da Greve Geral.

No sentido de repor a realidade dos factos, a CGTP/IN exige que o conselho de gerência actue no sentido de possibilitar que a CGTP/IN possa transmitir, de forma cabal e completa, as suas posições, única forma de se respeitarem os princípios da verdade, da isenção e do pluralismo, princípios pelos quais se deve reger a informação num País democrático.

Recorde-se que há já cinco anos que a CGTP/IN não é chamada a participar em qualquer programa informativo.

O Governo utilizou igualmente os órgãos de comunicação social para uma orquestrada campanha propagandística que, deturpando os objectivos da Greve Geral e utilizando manobras de diversão pretende fazer crer falsamente que a greve não teria sido um êxito.

Perante a gravidade da situação existente na Comunicação Social, o Plenário da CGTP/IN reunido em Lisboa no dia 19 de Fevereiro aprovou a seguinte Moção pela liberdade de expressão e de Imprensa, contra a censura à informação e contra a manipulação da opinião pública:

Certo de que estas liberdades são parte integrante e essencial da democracia, e indissociáveis da sociedade socialista que os trabalhadores querem para Portugal.

Alertando para que as limitações a estas liberdades, se não forem rapidamente banidas dos meios de comunicação social portugueses, em breve deixarão de afectar apenas os trabalhadores para se voltarem contra todas as forças políticas democráticas, como demonstra a experiência histórica do fascismo em Portugal.

Deliberou:

— Condenar vivamente os objectivos atentados contra a liberdade de expressão e de informação, e contra o pluralismo democrático, verificados nos meios de comunicação social do Estado a propósito da Greve Geral.

— Exigir o imediato restabelecimento da legalidade democrática e constitucional na comunicação social.

AGITAR A «INSURREIÇÃO» PARA JUSTIFICAR A REPRESSÃO

Quando Ângelo Correia foi à RTP perorar, como se delirasse, sobre uma dita «insurreição», «esquecer-se-lá» de referir os inúmeros casos de provocação, ilegalidade, intimidação, violência e repressão, exercidas contra trabalhadores, como forma de oposição ao exercício, por estes, dum direito constitucional como o direito à greve.

Obviando ao «angelical esquecimento», aqui registamos alguns desses casos, a título de exemplo, para que constem.

Efectivamente, o desacreditado governo que temos tentou desesperadamente minimizar a expressão do descontentamento popular que foi a adesão à greve geral convocada pela CGTP-IN; para tanto, além de utilizar, por um lado, os órgãos de informação de maior impacto (rádio e televisão), pagos pelo povo, como instrumentos de propaganda ao seu dispor, apoiou-se, por outro lado, no patronato e chefias, contando ainda com «meritórias serviços» da UGT e o concurso das forças policiais (com relevo para a actuação selvática da PI, vulgo polícia de choque)... tudo isto numa monumental acção intimidatória, desenvolvida antes e durante a greve.

Podem dar-se imensos exemplos do que foi uma acção de pressão psicológica generalizada, nos locais de trabalho e até nos locais de residência dos trabalhadores, através de ameaças e métodos pidescos com os quais foi intentado boicotar a greve geral. Assim, o Conselho de Gestão dos Serviços Médico Sociais determinou previamente que as faltas nos serviços, no dia 12, seriam consideradas injustificadas; tal orientação, não foi todavia exclusivamente desse CG, nem se limitou a departamentos civis, tanto quanto se sabe. Os Conselhos de Gerência da Petrolgal (Sines), da RTP e da EDP (zona norte), por exemplo, impediram a acção dos piquetes de greve das referidas empresas. A partir do Ministério da Educação, foram exercidas pressões junto dos Conselhos Directivos das escolas, com vista à abertura e funcionamento das mesmas,

porta, com um carro, tentando levar trabalhadores para a empresa...

Registaram-se ainda outras violações da Lei da Greve, generalizadas, como a modalidade da declaração nominal, prévia, de adesão, que proliferou sobretudo nos serviços públicos, ou a ameaça de desconto de três dias nos salários de quem fizesse greve, ou ainda a substituição de grevistas por fura-greves, observada designadamente no sector de material eléctrico do norte, com engenheiros em salas de controlo, a fazerem o trabalho de operadores.

Que sabotagem?

O espantoso da sabotagem ligava bem com a já referida insurreição-fantasma e vai daí, para o MAI de Ângelo Correia (para o Governo de Balsemão & Amaral), dir-se-lá, parafraseando um comentador, que quase tudo quanto no dia 12 de Fevereiro era assunto quotidiano do Tribunal de Polícia, passou a ser englobado na «inventona» em que o Governo AD pretendeu enquadrar a greve geral: demasiado ridículo para ter um mínimo de credibilidade, tornando-se incómodo para o próprio PSD.

Quando a GNR de Loures deteve quatro elementos da respectiva Câmara Municipal, também clamava «Sabotagem!» e por aí fora.

Mas como é que se definirão as ordens da administração dos TLP (confirmadas pelo eng. incluindo o Liceu de Oeiras, que se encontrava fechado devido a incidentes anteriores e onde se registaram preocupantes acções de violência. Na zona de Aveiro, a GNR abordou os trabalhadores da Gráfica Ideal, para saber se iam trabalhar ou... havia problemas. O mestre da fábrica de conservas Júdice Fialho, de Portimão (onde se verificaram muitas pressões contra a adesão à greve, todavia situada nos 90%), andou de porta em

Rendeiro, membro da dita), impeditivas de que, nas instalações cujos trabalhadores aderiram à jornada de luta, os serviços urgentes fossem assegurados, conariamente à salvaguarda desses mesmos serviços, prevista pelos trabalhadores em conformidade com a lei? Tal situação, denunciada na manhã do dia 12 pelo Sindicato dos Telefonistas de Lisboa, não significa sabotagem por parte da administração?

Ao mandar destruir os pilares que rodeiam os portões de entrada na Quimigal (Barreiro), a administração dessa empresa nacionalizada, deprimindo o património público, que estava a fazer?

Sem nos alongarmos mais neste ponto, apenas perguntaremos a quem falou de sabotagem: que sabotagem?

Violência, polícia, prisões

Na noite de 11 para 12, em Lisboa, após o início da AD, gente afectada à aliança governamental, transportada em 10 carrinhas, destruiu, no Rossio, cartazes e panos do Movimento Sindical, lançando-lhes fogo. Também na Baixa portuense foi destruída e incentivada uma banca do MS. Na Madeira, esse tipo de «operações preliminares» foi comandado directamente pelo próprio Governo Regional. A João Jardim declarou na Assembleia Regional que dera ordens para ser arrancado tudo quanto respeitasse à greve geral e assim foi feito (35 panos arrancados por pessoas transportadas em viaturas com chapa do governo). Era a violência reacção em marcha.

Também no Rossio de Lisboa, durante o dia 12, como já é do conhecimento público, a PI enviada pelo MAI demonstraria cabalmente como se protegem cidadãos na óptica da AD, ao espancar de forma bárbara piquetes de greve, jornalistas, transeuntes, portugueses ou estrangeiros; e para além desta demonstração pública, quem se quisesse para a esquadra escoltado pelos tais «protectores», continuaria a ser «protegido» em privado, através de insultos, à mistura com alguns murros, pontapés, bastonadas.

Por outro lado, não há notícia de que tenham sido molestados os «piquetes de fura-greves» — original criação ad hoc da UGT —, em que se distinguiram Janeiro e Torres Couto, actuando na madrugada do dia 12 junto dos trabalhadores da Carris. E é dado seguro que os vários piquetes à paisana que em diferentes localidades de Lisboa faziam provocações, mais outros provocadores não-policiais, ficaram privados da «protecção activa do bastão».

No norte do país, a violência das acções policiais teve por palco maior a Baixa portuense, onde foi barbaramente agredido um piquete de greve do Sindicato do Comércio — a actuar na base da persuasão pelo esclarecimento —, em consequência do que se verificaram ferimentos e escoriações graves em quatro trabalhadores, que tiveram de receber tratamento médico. A polícia de choque interveio também na empresa PA-DICO, em Braga. Em Guimaraes, na central de camionagem, registou-se um incidente do qual resultaram um preso e três feridos (incluindo um policial), à bastonada e a tiro.

Ainda no tocante a prisões, a polícia marítima deteve, no navio Ilha de Porto Santo, um dirigente sindical, posteriormente libertado.

Também a GNR interveio em situações diversas: ocupação da Rodoviária Nacional, em Sacavém, e da empresa Soares, em St.ª Iria; acompanhamento do patrão da Euronadel a casa de grevistas, no sentido de pressioná-los a irem trabalhar; prisão do piquete da C.M. de Loures (já atrás referida) e de um vereador que tentou interceder para evitar a detenção.

Houve ainda actuação policial em Viana do Castelo, com vista a fazer pegar ao trabalho motoristas, e uma aliança estreita entre a repressão policial e patronal, na Masa (Aveiro).

Por outro lado, patrão com vocação para verdugo também demonstrou autonomamente os seus talentos: é exemplar o caso ocorrido na fábrica de conservas Carapuçinha (Olhão), onde uma delegada sindical que integrava o piquete de greve foi agredida à catanada pelo patrão.

Para justificar antecipadamente a ida para a rua das suas polícias no dia 12, o ministro respectivo tentou escudar a medida na ocorrência de alguns atentados terroristas anteriores à greve, com relevo para o que atingiu a casa de Torres Couto, relacionando mesmo com as acções do Movimento Sindical Unitário; para justificar o aparato e a actuação repressiva das forças policiais nas ruas, o MAI gritava «insurreição» e «sabotagem». Para além de pretensas justificações, a realidade demonstraria, no entanto, que o «vale tudo» do governo e seus apañiguados, relativamente à jornada de luta de 12 de Fevereiro, foi uma clara manifestação generalizada de repressão à moda antiga, que identifica bem os seus responsáveis e executores — para quem tivesse dúvidas — como herdeiros e discípulos, que são, de Salazar e Caetano. Os trabalhadores portugueses conhecem seus métodos de longa data, pelo que, também há muito, aprenderam a resistir-lhes e combatê-los.

No próprio dia 12, o Secretariado Nacional da CGTP-IN enviou ao Primeiro-Ministro os dois textos de protesto por arbitrariedades e ilegalidades, que junto se destacam.

Exm.º Sr. Primeiro-Ministro

Nota governamental difundida pelos órgãos de comunicação social afirma que a repressão policial no Rossio resultou de concentração ilegal de trabalhadores. Isso é inteiramente falso pois se tratava de piquetes previstos no art.º 4.º da lei 65/77.

Já dissemos ao sr. governador civil e ao sr. ministro da Administração Interna que tal concentração, a ter-se realizado, seria perfeitamente legal face ao disposto no art.º 3.º N.º 2 do Dec.-Lei 406/74 de 29 de Agosto.

Visto que o governo civil e agora o MAI e a PSP violaram o referido dec.-lei comunicamos a **imediate entrega de queixa-crime ao abrigo do Art. 15.º do mesmo diploma legal por abuso de autoridade daquelas entidades.**

Vamos dar conhecimento desta comunicação aos órgãos de soberania.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1982

O Secretariado da CGTP-IN

A TRAIÇÃO DOS DIVISIONISTAS

A UGT perante a greve geral

«A «UGT» desempenhou um papel vergonhoso, abaixo do mínimo comportamento e honestidade e classe que é possível esperar-se de uma organização que se diz sindical.

Fez, ao lado do Governo, clara propaganda contra a Greve Geral e contra a CGTP-IN, denunciou trabalhadores que queriam fazer a greve, alinhou com os conselhos de gerência e os conselhos de administração em planos visando furar a greve.

A presença de Torres Couto e António Janeiro na Carris, junto às forças policiais, estimulando e apoiando os fura greves, é uma vergonha, em qualquer parte do mundo, para um indivíduo que se diz ser sindicalista.

Este acto dos dirigentes da «UGT» incluindo o seu secretário-geral, coloca-os, numa perspectiva da ética e da moral sindical, ao nível do corrupto mais abjecto.»

A posição acima reproduzida, tomada pela Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN no contexto do balanço da greve geral divulgado à imprensa no dia 13 de Fevereiro, resume o comportamento de traição aos interesses de classe dos trabalhadores assumido por aquela organização que se pretende sindical.

Revelando inteligência relativamente aos seus objectivos hegemónicos dentro da «UGT», os dirigentes ligados à TESIRES (PSD) e ao CDS recolheram-se na ponta final, o suficiente para deixar os parceiros da Tendência Socialista queimarem-se sozinhos, contabilizando assim em proveito da já referida hegemonia.

Contradições

Desde o início da convocação da greve geral de 12 de Fevereiro que a «UGT» se desdobrou em públicas declarações, conferências de imprensa, comunicados... onde por um lado identificava os promotores da greve com o PCP, escamoteando deliberadamente o apoio expresso de outros partidos e organizações de esquerda, como o MDP/CDE, a UEDS, a UDP, a BASE-FUT e o PSR (à semelhança do que fizeram o Governo e toda a reacção, mais o secretário-geral do PS). Curiosamente, embora batendo nessa tecla gasta, Torres Couto defendeu, por outro lado, que «a marcação da referida greve» seria «consequência do apoio esmagador que os trabalhadores dentro da Intersindical começam a dar à jornada de luta da «UGT»?); já muito perto do acontecimento, entretanto, quando a classe dominante tremia de susto e rangia os dentes de raiva face às sucessivas adesões que a greve conquistava, a «UGT» emitiu um comunicado onde

se lia, entre outras coisas, que «o apoio dado à greve da CGTP-IN por sindicatos que gravitam numa órbita política e sindical radicalmente oposta, leva-nos a concluir e denunciar a existência de um pacto de objectivos entre forças totalitárias de esquerda e de direita que, desesperadamente, pretendem destruir a paz, a liberdade e a democracia em Portugal». Era já à tese insurreccional de Ângelo Correia e do Governo/AD que a «UGT» dava o seu contributo: o próprio Torres Couto, em declarações prestadas a propósito do atentado à bomba de que foi alvo — e que a CGTP logo repudiou —, não hesitaria em relacionar o atentado com as forças empenhadas na greve geral, o que foi particularmente claro na entrevista ao Telexjornal de 7.2.

Mas comparando as várias declarações que atrás respigámos, o mínimo que se pode dizer é que as suas contradições são flagrantes: finalmente, do ponto de vista da «UGT», a CGTP havia declarado a greve em virtude das pressões das suas bases, aliciadas pela sua própria proposta anterior, ou por obediência ao PCP? Não era senão uma greve da CGTP/PCP (como diziam), ou era uma greve apoiada «por sindicatos que gravitam numa órbita política e sindical radicalmente oposta»?

Greve política

Mas as contradições daquela organização divisionista não se ficaram por aí. E se um dos seus cavalos de batalha contra a greve geral que a CGTP decretou, foi a natureza política da mesma, também relativamente a esse ponto se evidenciaram contradições dum indigente primarismo. Assim, foi dito por Torres Couto, um mês antes, que a «UGT» não recuará (na sua fantasmagórica greve) se o Governo não retirasse o «pacote laboral» e não fizesse «uma inflexão profunda na sua política», para concluir, mais adiante, que a greve proposta pela «UGT» não era política. Pela mesma altura, em Aveiro, o mesmo Torres Couto diria exigir a «UGT» «uma profunda alteração da política do governo no que concerne ao «pacote laboral» (...) como também em relação a todas as políticas que têm a ver com a melhoria da qualidade de vida»; ou seja, acusando de política a greve de 12 de Fevereiro, jogando a jogada do Governo/AD (aliás decalcada dos Governos do Estado Novo de igualmente triste memória), a «UGT» defende uma «greve não política» para exigir alterações na política do Governo, admitindo até (Portugal Hoje de 13.1) «pressionar a AR e o presidente Eanes para substituírem o Governo».

Portanto, a «UGT» pretende fazer uma distinção entre greves políticas e não políticas, obviamente sem êxito, por se tratar duma falsa distinção, pois uma greve — forma avançada de luta em que o trabalho afronta o capital — é, por natureza, política, num sentido lato, e mais marcadamente o é se não se tratar apenas duma greve sectorial mas duma greve geral.

Demagógicos fura-greves

Aquilo que a «UGT» conseguiu clarificar bem — para quem tivesse dúvidas — ao longo de todo este processo, isso sim, foi a sua demagogia e a traição de classe que a caracteriza. Doutra forma, aliás, a sua existência — cozinhada em gabinetes ministeriais e com o concurso de estados-maiores partidários, como é do conhecimento público — não teria lugar, visto a grande parte dos sindicatos que a constituem, paralelos, terem nascido da rejeição da democracia sindical.

E quando se fala em demagogia, aponta-se muito particularmente para a pretensa greve geral da «UGT», em que nunca acreditámos. Prova de que não nos enganámos é o seu adiamento... lá para as calendas gregas, embora a política governamental vá de mal a pior: isto depois de aquela organização afirmar como já referimos, que não recuaría se o Governo não retrasse o pacote laboral (que, de facto, apenas adiou) e não fizesse «uma inflexão profunda na sua política».

De resto, não se pode ser mais claro do que o foi Vítor Hugo Sequeira, ao declarar ao vespertino

«A Tarde» (11.1): «Não lutamos contra o Governo»... «Um Governo que respeta os direitos humanos», no entender da Tendência Sindical Democrata Cristá que, com essa argumentação classificava de «imoral e anárquica» a greve do dia 12, por esta visar derrubar tal Governo. Mas porque os trabalhadores conhecem bem o respeito do Governo/AD pelos direitos humanos em geral, particularmente os direitos ao trabalho e à saúde, à habitação e à educação — «muito respeitados» nos últimos tempos — deram a sua resposta aderindo maioritariamente à greve, apesar do empenhamento da «UGT» em que o maior número de trabalhadores a furasse(1); um empenhamento partilhado com o Governo e a generalidade das forças reaccionárias. Foi por isso que dirigentes e adeptos da «UGT» ombrearam, em notável unidade, com o patronato nas empresas, com a polícia nas ruas e com o Governo numa comunicação social vergonhosamente manipulada.

Assim, resta à CGTP-IN devolver à procedência um «recado» emitido há tempos pelo Sindicato dos Seguros do Sul e Ilhas, tornando-o extensivo à «UGT» no seu conjunto; trata-se de: «responsabilizar, política e historicamente, as Organizações Sindicais que neste momento crucial para todos os trabalhadores se coloquem do outro lado da barricada».

(1) Rui Oliveira e Costa, secretário nacional da «UGT», declarou-o expressamente ao semanário «O Jornal», em 11.2.

JORNADA DE LUTA SEM PARALELO

A eloquência dos números

Os serviços essenciais e de urgência estiveram assegurados no dia 12 de Fevereiro; mas isso fora deliberado pelo MS, em conformidade com o determinado pela Lei da Greve.

Grande parte do comércio funcionou, nomeadamente na baixa de Lisboa e do Porto; mas para além da abertura das lojas, funcionou com quantos empregados?

Alguns transportes públicos circularam, mas a esmagadora maioria paralisou.

Estas foram algumas das questões que o

Governo AD e seus aliados escamotearam e deturparam, como já se previa; aliás, em entrevista ao semanário «Tempo» de 11.2, José Luís Judas chamava a atenção para esse tipo de manobras de diversão previsíveis: interessava ao Governo deitar poeira nos olhos da opinião pública, silenciando a suspensão do fundamental da produção industrial e agrícola, lançando números cozinhados pelo patronato e pelo Ministério do Trabalho, que não correspondem à realidade dos trabalhadores. É essa que aqui registamos.

Trabalhadores abrangidos pelos pré-avisos de greve	1 793 509
Trabalhadores sindicalizados em sindicatos que não emitiram pré-avisos	122 334
Total de trabalhadores sindicalizados	1 915 843

SECTOR DE ACTIVIDADE	N.º TRABAL.	ADESÃO	%
METALURGIA, METALOMECÂNICA E MINAS	250 000	225 000	90
QUÍMICO E FARMACÉUTICO	64 429	45 100	70
CONSTRUÇÃO CIVIL, MARMORES E MADEIRAS	263 000	223 550	85
INDÚSTRIAS ELÉCTRICAS	50 500	37 875	75
TÉXTEIS, LANIFICIOS E VESTUÁRIO	220 000	154 000	70
COMÉRCIO E SERVIÇOS	130 000	71 500	55
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E LOCAL	220 000	110 000	50
CELULOSE, PAPEL E GRÁFICO	42 000	33 600	80
TRANSPORTES	110 000	93 500	85
INDÚSTRIA ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	80 140	64 112	80
CERÂMICA, CIMENTO E VIDROS	42 000	33 600	80
HOTELARIA E TURISMO	70 000	36 400	52
MARINHA MERCANTE	20 000	12 200	61
PESÇAS	25 000	21 000	84
AGRICOLAS	130 000	117 000	90
ESPECTÁCULOS	10 000	6 000	60
CORTICEIROS	12 000	10 800	90
COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES	35 000	15 400	44
SINDICATOS INDEPENDENTES			
C/ PRE-AVISO DE GREVE (Ex. SITAVA; Médicos Centro e do Sul, Farmacêuticos, Fogueiros Norte, etc.)	80 000	40 000	50
s/ PRE-AVISO DE GREVE (Ex. Banca e Seguros)	60 000	6 000	10

PERCENTAGENS GLOBAIS DE ADESÃO À GREVE GERAL, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS	TRAB.	DISTRITOS	TRAB.
Aveiro - 60%	65 596	Leiria - 70%	27 066
Angra do Heroísmo - 5%	492	Lisboa - 78%	594 377
Beja - 90%	32 908	Ponta Delgada - 15%	2 775
Braga - 60%	54 136	Portalegre - 70%	18 292
Bragança - 30%	2 338	Porto - 70%	260 150
Castelo Branco - 70%	9 373	Santarém - 85%	58 529
Coimbra - 50%	27 951	Setúbal - 90%	113 792
Évora - 90%	34 521	Vila Real - 65%	6 014
Faro - 80%	22 344	Viana do Castelo - 75%	8 917
Funchal - 10%	3 481	Viseu - 45%	8 315
Guarda - 60%	7 842	Participaram na Greve Geral 1 360 284 tra-	
Horta - 35%	1 092	balhadores.	

SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES PORTUGUESES

Face aos resultados da Greve Geral, o plenário de sindicatos de 17.2 emitiu a seguinte saudação:

A CGTP-IN saúda as organizações políticas e os democratas que manifestaram o seu apoio à Greve Geral.

A CGTP-IN saúda os trabalhadores portugueses pela sua magnífica prova de consciência, combatividade e patriotismo.

A CGTP-IN saúda os dirigentes e os activistas sindicais, designadamente os que integraram os piquetes de greve, enaltecendo o seu trabalho militante que contribuiu decisivamente para o êxito da Greve Geral.

A CGTP-IN saúda os camponeses, os pequenos e médios comerciantes e industriais que fyeram a Greve com os trabalhadores, encerrando voluntariamente os seus estabelecimentos.

CGTP-IN saúda os artistas que, aderindo à Greve, fecharam os seus teatros e casas de espectáculos.

A CGTP-IN saúda os intelectuais que, de uma ou de outra forma, divulgaram, explicaram e enriqueceram a Greve Geral.

Numa Greve Geral não se luta pelos interesses próprios, imediatos e exclusivos dos trabalhadores.

É uma luta de solidariedade dos trabalhadores entre si e dos trabalhadores com todo o povo a que pertencem.

Todos os que participaram na Greve Geral deverão sentir-se honrados e orgulhosos por lutarem pelo bem-estar do Povo Português, por lutarem pelo futuro de justiça, progresso e paz para Portugal.

A GREVE GERAL E OS SEUS REFLEXOS NA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

A política da AD na contratação colectiva resume-se no **conflito deliberado do Governo contra os trabalhadores**, com o objectivo de aniquilar as principais conquistas por eles alcançadas. É esta política e é este objectivo que comandam os vários aspectos da sua prática neste domínio tal como: a fixação de tectos salariais; a ofensiva contra os direitos, regalias e interesses dos trabalhadores; o reforço da intervenção administrativa do Ministério do Trabalho (MT) em apoio do patronato; as violações qualificadas da lei da greve. A greve geral do dia 12 de Fevereiro foi também efectuada contra esta política, com resultados que são, desde já, assinaláveis.

1. Os aumentos salariais acordados nos sectores público e privado são, em média, superiores a 20 %.

Nos quadros 1 e 2 procede-se ao apuramento dos processos de negociação **concluídos** desde Dezembro do ano passado. Os aumentos salariais acordados para as tabelas salariais oscilam entre 20 e mais de 22 por cento nas empresas públicas e nacionalizadas e entre 19,5 e 23,5 por cento nas restantes empresas (excluindo as petrolíferas privadas).

Estes valores são largamente superiores aos do **anunciado tecto salarial**, em qualquer das suas versões. Assim, no último trimestre de 1981, o Governo «fixou» um tecto salarial de 14,75 por cento, que poderia ser, em casos particulares, de 12,75 por cento (em sectores ou empresas classificadas, ou equiparados, de situação económica difícil) ou de 16,75 por cento (em empresas com ganhos de produtividade significativos). Mais tarde, passou apenas a referir o limite dos 17 por cento.

Este limite procurou ser desde logo aplicado, isto é, sem a mediação de qualquer tecto legal. É assim que as respostas às propostas apresentadas pelos Sindicatos são, em regra, inferiores a 17 por cento, nos sectores público ou privado, qualquer que seja o período de vigência das tabelas salariais a substituir. No entanto, a intenção do Governo foi a de, paralelamente, impor o tecto salarial por via administrativa. Chegou-se a anunciar a conclusão do respectivo tecto... que só aguardaria os resultados da greve geral. Resulta dos que estão à vista!

2. Os aumentos salariais globais acordados nas empresas públicas e nacionalizadas são, em média, superiores a 22 por cento.

No quadro 1, distinguiu-se o aumento salarial resultante da revisão da tabela salarial do aumento global acordado (tabela salarial e prestações salariais complementares). O aumento global oscila entre os 22 por cento (excluindo a EDP) e os mais de 30 por cento, como no Metro, Carris e RTP.

Estes resultados significam que foram revistas as prestações salariais complementares ou obtidas regalias sociais significativas, contrariando a política, mais ou menos declarada, no sentido do seu congelamento, no mínimo, por um período de 18 meses.

3. A vigência efectiva de 12 meses das tabelas salariais foi quase sempre obtida.

Os dados apurados nos quadros 1 e 2 mostram que a vigência efectiva dos salários oscilou entre 8 e 17 meses e que, em regra, foi de 12 meses. Por vigência efectiva entende-se o tempo (número de meses) durante o qual esteve em vigor a tabela salarial, que agora é substituída. Este indicador é muito importante. De facto, um mesmo aumento salarial tem um significado muito diferente, conforme se destine a cobrir um período de 12 ou 17 meses, por exemplo. Conforme se viu, o Governo procurou impor um tecto salarial que não tinha sequer este dado em conta. A análise que temos vindo a efectuar demonstra, por um lado, que os aumentos salariais (da tabela ou globais) ultrapassam claramente o valor do tecto, em qualquer das suas versões e, por outro, que se tende a encurtar o período de vigência efectiva das tabelas salariais (e mesmo das prestações salariais complementares) a aproximar-se dos 12 meses que, como se sabe, constitui um objectivo importante do Movimento Sindical Unitário.

É também significativo que em muitos processos se tenha expressamente garantido a vigência efectiva das tabelas salariais agora acordadas de 12 meses, como na indústria do açúcar, EDP, Produtos Cimento, Centralcer/Unicer, Tabacqueira, Cantinas e Refeitórios, Trabalhos Portuários, Carris e Metro.

4. A greve geral conduziu à resolução de importantes conflitos colectivos de trabalho.

QUADRO 1
AUMENTOS ACORDADOS EM EMPRESAS PÚBLICAS E NACIONALIZADAS

EMPRESAS	N.º TRAB.	TABELA SALARIAL	AUMENTO GLOBAL	VIGÊNCIA EFECTIVA (MESES)
EDP	18 340	20,0		12
COVINA	1 100	22,3	25 +	11
CENTRALCER/UNICER	4 500	20,7	22	8
RTP	1 500		30 +	17
TABAQUEIRA	1 780	20,9	25	12,5
GARRIS	8 150	21,1	30	15
CP	27 000	21,5	23 +	16
METRO	1 800	21,8	39 +	
TRANSTEJO	420	21,7		13,4

+ significa superior

QUADRO 2
AUMENTOS ACORDADOS NOS SECTORES PÚBLICO E PRIVADO
(Excl. Empresas do Quadro 1)

SECTORES E EMPRESAS	N.º TRAB.	AUMENTO TABELA SALARIAL	VIGENCIA EFECTIVA (MESES)
BOLACHAS E CHOCOLATES	1 500	21,6	12
CONSERVAS FRIO		19,5	
FERMENTOS	340	20,0	12
PETROLÍFERAS PRIVADAS	1 500	35,0	
CAIMA	650	21,5	12
VIDREIRA (CRISTALARIA)	4 000	26,0*	12
PRODUTOS CIMENTO	6 500	23,5	14
AUTOMÓVEL	55 000	23,2	
OURIVESARIA (NORTE)	1 700	23,6	12
CONSTRUÇÃO CIVIL	200 000	21,0	12
MARINHA COMÉRCIO (MAR)	7 000	17,28**	12
TRAB. PORTUÁRIOS		20,0	
CANTINAS E REFEITÓRIOS	1 500	23,4	13
HOTELARIA CENTRO/SUL	50 000	21,5	12
EDITORES LIVREIROS	4 060	20,9	
DROGAS (SUL)	4 000	20,5	

*Global

** 17 por cento nos primeiros 6 meses; 26 por cento nos 12 meses seguintes

O quadro 3 mostra que importantes conflitos colectivos de trabalho, como o dos transportes, apenas foram resolvidos nos períodos imediatamente anterior ou posterior à realização da greve geral.

Os êxitos alcançados serão melhor apreendidos se os encarmos à luz dos dois principais objectivos da AD, em relação a estes sectores, que falharam rotundamente.

Primeiro, o Governo AD arrastou deliberadamente situações de conflito declarado, mantendo posições de intransigência negocial, com a intenção de procurar a sua resolução num período próximo da data da greve visando desmobilizar os trabalhadores da participação na greve geral. Num caso concreto, o CG de uma empresa pública sondou a Comissão Negociadora Sindical (CNS) para saber se uma «oferta» salarial bastante acima de 20 por cento, conduziria ao levantamento do pré-aviso da greve do dia 12!

Segundo, reincidindo na tentativa de criar um «clima» favorável à revisão da lei da greve, ao mesmo tempo que, declarada e qualificada-

mente, a violava. E significativo que o ministro dos Transportes, no momento em que inviabiliza qualquer perspectiva de acordo nas empresas públicas de quem o Ministério tem a tutela, venha defender publicamente que a greve nos serviços essenciais apenas deva ser considerada como legítima desde que referendada por voto secreto dos trabalhadores por maioria qualificada.

5. O Governo falhou o objectivo de abrir caminho ao «pacote laboral» a partir da contratação colectiva nas empresas públicas.

O Governo AD tem, ele próprio, tomado a iniciativa na ofensiva contra os direitos, regalias e interesses dos trabalhadores, consagrados nas convenções. A análise das contrapropostas de convenções nas empresas públicas, apresentadas pelos Conselhos de Gerência (CG's), segundo orientação do Governo, prova-o inequivocamente. São nítidas algumas linhas básicas de orientação: a sistemática remissão para a lei das matérias reguladas na convenção, com o objectivo de prejudicar as cláusulas mais favoráveis que os mínimos previstos na lei; a eliminação das

atribuições das estruturas representativas de trabalhadores (Sindicais e CT's) na fiscalização e cumprimento da convenção e, em geral, na participação democrática dos trabalhadores a nível de empresa; a supressão de regalias. A preocupação dominante é de, por esta via, abrir caminho ao **pacote laboral** (lei dos despedimentos, mas não só).

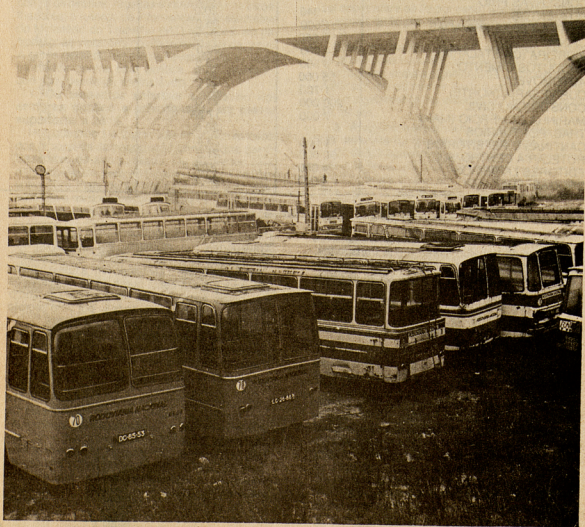
É sintomático o que vem acontecendo nas empresas públicas. Os processos de contratação colectiva são controlados pela CIP. Os negociadores por parte destas empresas são técnicos publicamente conotados com a CIP, pagos principalmente, à custa de dinheiros públicos.

Os acordos recentemente efectuados nestas empresas mostram o fracasso desta ofensiva, apesar de o Governo ter contado com a cumplicidade e mesmo o apoio de organizações da UGT, como aconteceu na Tabaqueira.

QUADRO 3

DATA DE RESOLUÇÃO DE IMPORTANTES CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO NAS EMPRESAS PÚBLICAS

EMPRESAS PÚBLICAS	DATA (1982)
TABAQUEIRA	3/2
CARRIS	11/2
CP	16/2
METRO	19/2
TRANSTEJO	26/2



UM ÊXITO DOS TRABALHADORES UMA DERROTA DO GOVERNO «AD»

O êxito da Greve Geral não pode ser iludido: o Governo AD ficou desacreditado e isolado perante o Povo português. A enorme campanha de propaganda contra a greve, apesar de falsear a realidade perante largas camadas da opinião pública, não consegue anular a realidade vivida por milhão e meio de trabalhadores.

A Greve Geral foi um grande êxito na luta dos trabalhadores portugueses. Representa um dado novo na situação política portuguesa, na medida em que:

- a) Forçou um debate político sem precedentes desde as eleições presidenciais de 1980;
- b) Rompeu a cortina de silêncio que a AD antidemocraticamente quer impor acerca dos verdadeiros problemas nacionais;
- c) Tornou claro para os trabalhadores e à população o carácter fascizante do Governo que se confirmou, nomeadamente, através da manipulação abusiva da comunicação social estatizada, pelo clima de intimidação e repressão policial, pelas infracções cometidas ao exercício de greve e, ainda, pelas manobras de provocação montadas contra a CGTP-IN;
- d) Demonstrou o repúdio das massas trabalhadoras pela política antipopular e antinacional do Governo e o seu isolamento no plano social;
- e) Confirmou que uma verdadeira política democrática só pode ter lugar com o afastamento da AD do Governo;
- f) Influenciou decisivamente a resolução imediata de alguns importantes problemas dos trabalhadores, solucionando conflitos laborais com o rompimento do tecto salarial;
- g) Constituiu um factor determinante na clarificação da situação política, que irá contribuir para apressar a demissão do Governo AD, abrindo perspectivas favoráveis para o aparecimento de uma alternativa democrática que permita a resolução dos problemas dos trabalhadores e do país.

O êxito da Greve Geral e seu significado, e o comportamento fascizante do Governo, de que o ministro Ângelo Correia foi a face visível, são duas realidades marcantes da vida política e social do país.

Os órgãos de soberania não podem daí deixar de tirar as devidas conclusões.

As forças políticas democráticas não podem ficar surdas aos desejos dos trabalhadores que exigem uma política que defenda os seus interesses e prossiga os ideais de Abril.

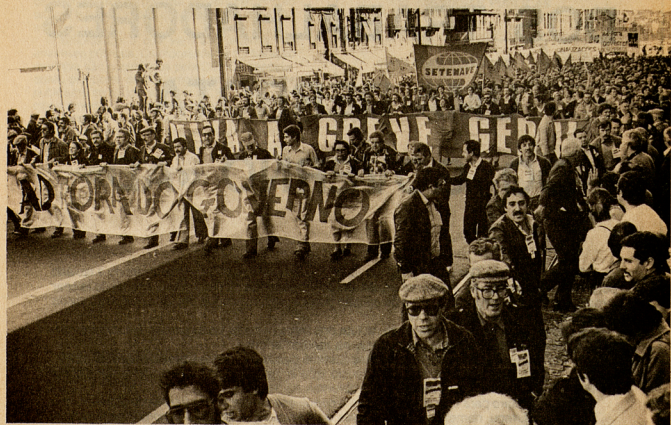
A CGTP-IN dará continuidade à luta desenvolvida com a Greve Geral, agora em condições mais favoráveis:

O Governo está mais isolado, os trabalhadores dispõem de iniciativa, consolidaram a sua unidade, desenvolveram a sua capacidade organizativa, redobram a sua combatividade e a confiança no êxito da sua luta.

Tentar limitar a luta política ao Parlamento revela uma estreita visão da democracia.

A luta dos trabalhadores, através da greve e de outros meios reconhecidos na lei e na Constituição, por uma mudança de política e pelo derrubamento do Governo é tão democrática, tão legal e tão constitucional, como a luta política que se desenvolve no Parlamento.

Manifestação de apoio à Greve Geral



Dois aspectos do desfile e concentração em Lisboa

A LUTA CONTINUA

Da Greve Geral

às manifestações de 6 de Março

Uma semana após a greve geral, reuniu o plenário de sindicatos — com a presença de 182 associações, das quais 22 não filiadas —, que aprovou uma resolução político-sindical onde é feito o balanço daquela grande jornada de luta, nas suas diversas incidências, se saudam os trabalhadores que contribuíram para que ela fosse um êxito (saudação publicada noutro local desta edição) e se abrem perspectivas de acção para o futuro próximo.

Essa acção consistirá no desenvolvimento da luta, tendo por objectivos os já definidos para a greve geral, designadamente:

1 — Contra a política da AD

- contra o pacote laboral do Governo e, em particular, pela retirada definitiva da Proposta de Lei n.º 70/II — «Lei dos Despedimentos»;
- contra o «pacote» da Função Pública, em especial, o Projecto de decreto-lei sobre os «excedentes»;
- contra o tecto salarial;
- pelo exercício efectivo do direito de negociação colectiva, sem exclusão de quaisquer sectores; contra a publicação de portarias de extensão sem o acordo das associações sindicais; pela vigência efectiva de 12 meses das tabelas salariais;
- contra o aumento do custo de vida;
- contra o desemprego e os contratos a prazo;
- contra a ineficácia da Inspecção do Trabalho; pela melhoria da justiça do trabalho;
- contra os aumentos das taxas dos serviços médico-sociais e hospitalares; pelo SNS universal e gratuito;
- contra o «pacote da habitação»;
- contra a degradação da qualidade do ensino;
- pela defesa da Reforma Agrária e das nacionalizações;
- pela satisfação do «Caderno Reivindicativo» da CGTP-IN.
- por uma revisão da Constituição no espírito do 25 de Abril;
- por uma política externa de amizade e cooperação com todos os povos;

— contra a instalação, armazenamento ou trânsito de armas nucleares em Portugal.

2 — A AD fora do Governo

— Mantendo-se o actual Governo, não é possível alterar a política que está a ser praticada e que tanto tem lesado os trabalhadores e o povo.

3 — Pela resolução da crise, com os trabalhadores e no respeito pelo 25 de Abril

— Só com o apoio e o empenhamento dos trabalhadores haverá solução para a crise. Os trabalhadores não hesitarão em apoiar uma solução política que, no respeito pelos seus direitos, mantenha a esperança no progresso e na justiça social do 25 de Abril.

Assim, o Plenário da CGTP-IN decidiu:

1. Iniciar um intenso debate com os trabalhadores acerca do êxito que constituiu a Greve Geral e das perspectivas mais favoráveis que se criaram.
2. Promover a realização de grandes manifestações a terem lugar, por todo o País, no próximo dia 6 de Março, prosseguindo os objectivos da Greve Geral.
3. Mobilizar os trabalhadores e as associações sindicais para a sua participação activa na realização da Marcha Contra o Desemprego, que se insere nos objectivos definidos.
4. Intensificar a luta contra a política do Governo e pela exigência da sua demissão, como única solução para a resolução dos problemas dos trabalhadores e do País. Nesta perspectiva, o plenário deliberará ainda que «a CGTP-IN não hesitará, sempre que necessário, em recorrer à Greve Geral em defesa dos interesses dos trabalhadores e da democracia».

Intervenção de Armando Teixeira coordenador da CGTP-IN na manifestação de 6 de Março

Nesta grandiosa manifestação está bem presente a greve geral e o que ela constitui e continua a constituir como poderosa jornada de luta na qual se destacou a combatividade, a coragem e a determinação dos trabalhadores portugueses.

A greve geral do dia 12 foi a demonstração de que os homens e mulheres que produzem a riqueza no nosso país estão contra esta política e exigem a demissão deste Governo.

A greve geral foi a demonstração de que o papel dos divisionistas, cujas principais figuras enfileiraram ao lado do Governo e do patronato, é trair os trabalhadores, as suas lutas, os seus interesses.

A greve geral demonstrou que este Governo, isolado, corrupto, derrotado, recorre à repressão para tentar impedir o exercício dos direitos legítimos dos trabalhadores.

O êxito da greve geral, constata-se, em segundo lugar, pelos resultados e alterações que se verificaram na situação política e social após a sua realização:

a) desbloquearam-se importantes processos de contratação colectiva com a inviabilização prática do tecto salarial;

A tentativa que o Governo vem agora fazer de ressuscitar o tecto salarial através da recente publicação da Resolução do Conselho de Ministros de 23.12.81, não esconde a sua derrota ao ver cair por terra um instrumento essencial da sua política de explora-

ção dos trabalhadores.

b) No campo da saúde e assistência são notórias as dificuldades do Governo em fazer aplicar as desumanas medidas do seu «pacote da saúde»;

c) O pacote laboral e, em particular, a Lei dos Despedimentos que havia sido considerada questão prioritária do Governo foi, desde logo congelado, sendo mais que previsível que a luta dos trabalhadores determine a sua retirada definitiva;

d) No plano político tornou-se mais evidente a necessidade da demissão do Governo na medida em que se alargou e aprofundou o seu isolamento e em contestação à sua política e ganhou ainda maior urgência a necessidade de uma nova política.

A contestação contra o Governo que se tem verificado no Parlamento, nos últimos tempos, não se pode desligar da greve geral. Pelo contrário, é uma das suas consequências no plano político institucional.

Mas, para além dos importantes resultados que antes referimos, a greve geral, pelos seus objectivos, tem um outro significado: ficou claramente demonstrado que os trabalhadores têm consciência que a defesa das suas condições de vida e de trabalho só é possível com a demissão do Governo e com uma política que respeite o 25 de Abril.

Desde as primeiras horas da greve geral que publicámos os números da adesão e os fomos fornecendo à Rádio e à Televisão.

Porque proibiu a sua divulgação na Rádio e na Televisão. A descarada e vergonhosa manipulação que o Governo fez constitui a melhor prova da autenticidade dos números da adesão à greve geral que nós recolhemos com todo o rigor.

Os trabalhadores sabem que, com a AD, os salários e as pensões de reforma serão sempre insuficientes face ao aumento do custo de vida.

Os trabalhadores sabem que, com a AD, não haverá solução para o desemprego; pelo contrário, haverá mais desemprego, mais despedimentos, mais contratos a prazo.

Os trabalhadores sabem que, com a AD, não haverá casas, mas sim rendas exorbitantes e especulação.

Os trabalhadores sabem que, com a AD, não haverá Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito, mas sim as taxas a aumentarem, os serviços médicos piores e mais caros.

Os trabalhadores sabem que, os problemas que os prejudicam e afectam o País não encontrarão solução enquanto se mantiver o actual Governo e esta política.

— Quem pode acreditar num Governo que não cumpre as promessas que fez e que muda as suas próprias prioridades políticas, de três em três meses?

— Quem pode acreditar num Governo que

provoca conflitos sociais, como o fez no caso dos transportes, Tabaqueira, etc., recusando aumentos salariais que depois vem aceitar?

— Quem pode acreditar num Governo que mantém como ministro o sr. Ângelo Correia, personagem ridícula e provocatória, inventor barato de «insurreições»?

— Quem pode acreditar num Governo que mantém como director do mais importante órgão de Comunicação Social o Proença de Carvalho, indivíduo de comportamento fascizante, que transformou a RTP num aparelho de manipulação, desinformação e obscurantismo?

— Quem pode acreditar num Governo que tanto diz querer relações com os países de expressão portuguesa como faz negociações com os inimigos destes países?

— Quem pode confiar num Governo que lançou Portugal na sua mais grave crise económica, financeira e social após o 25 de Abril?

— Quem pode confiar num Governo que não só comete cada vez mais atentados aos direitos, liberdades e garantias do povo, como também, explicitamente, diz querer alterar os princípios fundamentais do regime constitucional?

Como está anunciado a CGTP-IN vai realizar, entre 28 de Março e 3 de Abril, a Marcha Contra o Desemprego.

Como temos afirmado a resolução do problema do emprego deve ser o eixo fundamental da política económica do nosso país.

O desemprego não é um problema insolúvel.

O desemprego é o resultado de uma política feita ao arripio da nova realidade nascida com o 25 de Abril e que contribui para favorecer os interesses do capital, criando uma massa de mão-de-obra barata e disponível.

Principalmente os jovens e também as mulheres são particularmente prejudicados por esta política que tem sido especialmente agravada pelos Governos da AD.

Do empenhamento das organizações sindicais e dos activistas, do empenhamento dos trabalhadores em geral, da participação dos desempregados, da participação dos jovens e das mulheres, depende o êxito desta grande iniciativa.

Por isso, a CGTP-IN apela à participação activa de todos nesta grandiosa e importante acção sindical.

O Governo da AD mantém-se no poder não por mérito próprio mas pelas hesitações e ambiguidades existentes no plano político que tardam em dar forma ao descontentamento popular e às exigências que a continuidade do regime democrático, saído do 25 de Abril, determinam na hora presente.

A nossa luta é legal porque se enquadra no respeito pelas leis e pela Constituição da República.

A nossa luta é democrática porque se desenrola numa perspectiva da resolução dos problemas do povo e, também, porque combate uma política que se mostra contrária ao regime democrático.

A nossa luta é patriótica porque visa a resolução dos problemas do País numa perspectiva de independência nacional.

A nossa luta é de confiança porque mantém nos trabalhadores e no povo a certeza da solução da crise, no respeito pela realidade económica e social que o projecto político da Constituição consubstancia.

Por isso, os órgãos da soberania que têm poderes constitucionais para garantir a democracia não podem ficar indiferentes à degradação da situação económica, financeira e social do País e às ameaças que pairam sobre o regime democrático.

As forças políticas democráticas não podem ignorar as aspirações dos trabalhadores que exigem uma política que defenda os seus interesses e prossiga os ideais de Abril.

É urgente apresentar uma alternativa real à política da AD.

O povo não poderá entender que, havendo a consciência generalizada que a crise e os seus efeitos irão agravar as suas condições de vida e a situação do País, este Governo se mantenha a pretexto da revisão constitucional.

Além do mais, tal facto, a suceder como se pretende em nada inviabiliza a revisão constitucional.

Não se assumindo agora tal responsabilidade política está objectivamente a pôr-se em causa o empenhamento dos trabalhadores numa solução dos problemas nacionais que respeite a Constituição e os ideais do 25 de Abril.

No entanto, não haverá outro Governo nem outra política sem a luta persistente e coerente dos trabalhadores.

O Governo está mais isolado, os trabalhadores dispõem da iniciativa, consolidaram a sua unidade, desenvolveram a sua capacidade organizativa redobram a sua combatividade e a confiança no êxito da sua luta.

Nesta perspectiva a CGTP-IN não hesitará, sempre que necessário, em recorrer à greve geral em defesa dos interesses dos trabalhadores e da democracia.

A CGTP-Intersindical Nacional continuará a mobilizar os trabalhadores para a luta contra a política do Governo e pela exigência da sua demissão, condição necessária para a resolução dos seus problemas e os do País.

Marcha contra o Desemprego



Saída do Porto



Entrada no Barcelo

O COMBATE AO DESEMPREGO

A realização em Portugal de uma iniciativa deste tipo corresponde a uma exigência de luta contra o flagelo do desemprego. Embora os números oficiais fiquem muito aquém da realidade, mesmo assim falam por si:

Evolução do desemprego em Portugal
(1.º semestre de cada ano)

N.º de desempregados	Taxa de desemprego 1975 - 133 000
3,5%	
1977 - 291 000	7,1%
1979 - 343 000	8,3%
1981 - 380 000	8,8%

Os jovens são, entretanto, os mais afectados pelo problema do desemprego, no-

meadamente os que procuram o primeiro emprego: enquanto em 13 activos um está desempregado, entre a juventude esta relação é de 7 para 1, e nas raparigas até aos 25 anos a relação é de 4 para 1.

O volume de candidatos ao primeiro emprego triplicou entre 1975 e 1980.

A CGTP-IN tem combatido, das mais variadas formas, a «tese» do patronato e do governo segundo a qual o desemprego seria um problema insolúvel. Pelo contrário, o desemprego é o resultado de uma política feita ao arrepio da nova realidade nascida com o 25 de Abril e que contribui para favorecer os interesses patronais, criando uma massa de mão-de-obra barata e disponível.

A Marcha Contra o Desemprego é uma iniciativa de importância fundamental no plano da luta contra o desemprego.

O desemprego constitui, hoje em Portugal, um problema grave.

Segundo as estatísticas oficiais, existiam 386 mil desempregados, quando em 1974 esse número era de 47 mil. Isto quer dizer que em 7 anos passaram a existir 8 vezes mais.

Porém, os números oficiais ficam muito aquém da realidade. O número total de desempregados existente no país é de cerca de 481 mil. Isso significa que um em cada dez portugueses se encontra no desemprego.

JOVENS E MULHERES PRINCIPAIS VÍTIMAS DO DESEMPREGO

A situação afecta particularmente os jovens e mulheres. Cerca de 200 mil desempregados são jovens à procura do primeiro emprego, o que significa que *um em cada seis jovens está desempregado*. As mulheres constituem 70% do desemprego. *No caso das mulheres jovens a situação é especialmente dramática, pois uma em cada quatro está desempregada.*

Com o Governo «AD» a tendência é para o agravamento e não para a resolução do problema. Se se mantiver o mesmo ritmo dos últimos 5 anos, existirão em Portugal cerca de 600 mil desempregados em 1984.

O DESEMPREGO NÃO É INEVITÁVEL - DESEMPREGO TEM SOLUÇÃO

Diz o Governo que o desemprego é um mal que afecta todos os países do mundo, um mal sem solução. Mas sabe que não diz a verdade!

O desemprego tem de facto vindo a aumentar, *mas apenas nos países capitalistas* e em grande parte devido às políticas que têm sido adoptadas pelos governos.

Calcula-se que no conjunto dos países capitalistas o número de desempregados seja da ordem dos 26 milhões.

• Sendo assim, há então saída para o desemprego?

Sim.

Essa saída tem sido reclamada em toda a Europa Ocidental, e em torno dela se mobilizam cada vez mais sectores sociais e políticos. Hoje, alguns governos estão já a ser obrigados a considerar entre as suas prioridades a luta contra o desemprego e, se o fazem, tal se fica exclusivamente a dever à luta dos trabalhadores.

Em Portugal, a CGTP-IN tem apresentado propostas concretas neste campo.

No entender do Movimento Sindical, a luta contra o desemprego exige uma Política Económica tendo como eixo fundamental a criação de novos empregos. Tal política deve ser decididamente virada para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida, implicando:

- a dinamização do sector nacionalizado, que pode funcionar como sector motor, capaz de arrastar os restantes sectores, dado o seu peso na economia nacional.
- o desenvolvimento da agro-indústria, que teria como efeito o aumento do emprego e a redução da dependência do exterior.
- o crescimento acentuado do sector da construção que, ao mesmo tempo, iria permitir a resolução do grave problema da habitação.

O aumento da produção em indústrias viradas para o mercado interno e o desenvolvimento da rede de educação seriam igualmente fonte de criação de novos empregos.

Necessária também se torna uma acção decidida no campo da formação profissional, com a participação do Movimento Sindical na gestão e orientação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, bem como, uma política de correcção dos desequilíbrios regionais — capaz de fomentar a criação de empregos nas zonas em que o desenvolvimento é mais prioritário. Entretanto urge medidas de protecção e combate ao de-

semprego juvenil, designadamente a revisão imediata da Lei dos Contratos a Prazo; a passagem a efectivos de todos os trabalhadores abusivamente contratados a prazo; a generalização do subsídio de desemprego aos candidatos ao 1.º emprego.

COM A «AD» A GOVERNAR O DESEMPREGO A AUMENTAR

Está provado que a política do Governo «AD» não serve. É preciso uma nova política. Só em 1981 aumentou em 60 mil o número de desempregados. O nível do desemprego é hoje o mais elevado desde o 25 de Abril.

A política de recessão deste governo conduziu à quase estagnação da produção e do emprego. Ao mesmo tempo, agrava-se a inflação (25% em 1981) e o défice da Balança de Pagamentos; continua a prática dos contratos a prazo e o governo prepara-se para liberalizar os despedimentos.

A MARCHA CONTRA O DESEMPREGO

Face a tudo isto, a luta dos trabalhadores assume uma importância decisiva.

A «Marcha contra o Desemprego» visa alertar, mobilizar e sensibilizar a opinião pública, os trabalhadores e a Juventude, para o problema do desemprego e enquadra-se na luta desenvolvida desde há muito pelo Movimento Sindical contra o flagelo que afecta a sociedade portuguesa. Surge no seguimento de outras iniciativas, como foram a «Semana do Desemprego» em 1979 e a apresentação do Plano Alternativo de Médio Prazo no Conselho Nacional do Plano em Fevereiro de 1981.

De acordo com a Constituição da República cabe ao Estado assegurar as condições para a aplicação efectiva do Direito ao trabalho. Por isso, os trabalhadores exigem uma política que vise o desenvolvimento económico do país, através do integral aproveitamento dos recursos nacionais, incluindo a mão-de-obra disponível. Só uma tal política poderá resolver o problema do desemprego. E resolver o problema do desemprego é cada vez mais, um imperativo nacional.

GITUSGITUS
GITUSGITUS
a solução
para as suas férias e tempos livres
GITUSGITUS
GITUSGITUS
GITUSGITUS
GITUSGITUS
GITUSGITUS
GITUSGITUS
GITUSGITUS
GITUSGITUS

Grupo Intersindical de Turismo Social • Av. da Liberdade, 73, 3.º dir. — Lisboa — Tel.: 320070/320638

Marcha **contra o desemprego**



desemprego tem solução
'ad' fora do governo